

Futebol, nação e violência

Ruben George Oliven

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

É possível fazer uma analogia entre times de futebol e nação? Em uma definição clássica, Max Weber (1982) descreveu a nação como sendo uma comunidade de sentimentos. Pode parecer estranho que uma definição sociológica lance mão de algo psicológico como o sentimento, mas este conceito certamente é o substrato dessa forma moderna de organização política que é a nação.

Apesar da globalização, somos socializados a sentir que fazemos parte de um todo que inclui os que consideramos iguais a nós e exclui os que são considerados diferentes. Aprendemos a nos expressar em uma língua que é própria, a saber cantar o hino de nosso país, a conhecer sua história, seus heróis, sua natureza, sua música. A nação, portanto, inclui os que são parecidos conosco e exclui aqueles que são diferentes. A lógica é a do “*dislike of the unlike*”, ou seja, o dissabor pelo dissimilar, uma espécie de xenofobia expressa pela percepção do incomum que, às vezes, funciona como detonador de conflitos.

Poderíamos tentar aplicar a lógica desta definição ao futebol? Por trás de qualquer time de futebol, seja de esquina, de uma região ou

de um país, existe uma comunidade que se define pelos sentimentos que ele engendra nos seus membros. Isto ajuda a explicar as torcidas, a vibração e a violência que esse esporte provoca. Uma das maneiras de explicar por que o futebol mobiliza sentimentos profundos, a ponto de, às vezes, os torcedores apelarem para ataques físicos, refere-se ao fato de que as equipes em jogo são formadas por muito mais do que onze jogadores e representam sentimentos coletivos daqueles que as apoiam. Isto pode ocorrer tanto em nível local, como em nível mundial. Em nível local, há clubes que são de uma instituição, de um bairro ou de uma cidade. Existem cidades, estados ou regiões, onde há dois clubes, entre os quais se divide a lealdade da maioria dos torcedores. Estas localidades ficam praticamente divididas, em termos simbólicos, em duas metades, à semelhança do que ocorre em várias sociedades primitivas. Esta divisão e oposição acabam garantindo a coesão da sociedade.

Isto é, especialmente, válido em competições internacionais como a Copa do Mundo da FIFA, que se realiza a cada quatro anos e na qual os adversários são seleções nacionais. Neste caso, o que está em jogo é uma competição entre países, em que as comunidades imaginadas se enfrentam com todos os sentimentos que estão associadas aos estados-nação. Poder-se-ia mesmo afirmar que, neste caso, o futebol passa a ser uma forma lúdica de substituir a guerra por um jogo com vencedores e vencidos. Assim sendo, há um paralelismo entre ações bélicas e futebolísticas, estabelecendo-se uma *relação metafórica* entre estados-nação e futebol. É preciso defender seu território e invadir e penetrar o do outro grupo, derrotando-o. Assim, cada torcedor filia-se a um clã e trava batalhas ficticiamente.

Ao passo que a nação é uma comunidade imaginada, para usar a expressão de Benedict Anderson (1989), enquanto o time de futebol é uma comunidade real que pode ser visualizada em campo. O mesmo pode ser dito em relação às torcidas, que, embora numerosas, podem ser vistas vibrando e acompanhando os jogos. Enquanto sentir-se membro de uma nação envolve uma abstração simbólica pela qual precisamos desenvolver sentimentos de pertencimento a um território que, às vezes, tem dimensões continentais, pertencer a um time é algo mais restrito que pode ser praticado cada vez que assistimos a uma partida de futebol.

O futebol funciona com um sistema de lealdades, cujo mecanismo pode ser comparado ao do amor à região ou ao país. Pertencer a um país significa ser fiel a ele, sentimento que, às vezes, é chamado de patriotismo. Recusar-se a lutar por seu país significa deserção, crime que, em tempos de guerra, é punido com a morte. Pertencer a um clube significa ser leal a ele, estabelecendo-se uma *relação analógica*. Vibrar quando o clube ganha, sofrer resignadamente quando ele perde. O torcedor que troca de time é, em geral, malvisto e chamado de: “vira-casaca”, em português, ou “*turncoat*”, em inglês, alguém que não é muito confiável. O torcedor deve continuar fiel a seu time, mesmo quando ele fica anos sem ganhar um campeonato.

Durante muito tempo, o futebol foi considerado um esporte apenas masculino, e as mulheres eram desencorajadas a praticá-lo. Com o tempo, essa crença sofreu abalos e, atualmente, o futebol é praticado tanto por homens como por mulheres — o Brasil destacando-se, neste sentido, com grandes jogadoras. Entretanto, do pon-

to de vista simbólico e de praticantes, o futebol continua sendo um jogo eminentemente masculino. Ele é, em certo sentido, uma “luta de machos” a exemplo do que ocorre no reino animal. Mas, ao passo que nesta situação, em geral, a luta se dá entre duas criaturas — pela posse de fêmeas —, no futebol a luta se dá entre equipes e se assemelha mais a uma simulação da guerra. Há um território — o campo de futebol — dividido em duas metades em que se dá o embate e, no qual, algumas posições precisam ser defendidas e outras precisam ser atacadas e conquistadas. O objetivo último é penetrar na área do inimigo e, com a bola, invadi-lo e marcar pontos. Do ponto de vista das representações sexuais, o futebol pode ser percebido como pertencente aos rituais masculinos, que existem em vários lugares do mundo, e, por meio deles, a masculinidade é definida e afirmada (Dundes 1980).

O futebol também pode ser visto como uma linguagem. Em alguns casos, ele é um código que determina que todos os homens têm de ser, minimamente, capazes de dominá-lo. Em países em que o futebol é um esporte popular, parte-se do pressuposto que todos estão interessados nele e, por conseguinte, são capazes e gostam de falar sobre ele. O futebol, neste caso, passa a ser uma forma de falar sobre o país e sobre a identidade nacional.

A exemplo de guerras, as derrotas da seleção nacional são situações particularmente propícias a falar sobre a “alma nacional”. “Por que perdemos?” é a pergunta que todos se fazem, exigindo uma resposta. Nesta busca de culpabilidades, o primeiro a ser sacrificado é, em geral, o técnico. É ele quem deveria ter comparado sua seleção

às demais e ter dado uma orientação segura ao time, dizendo aos jogadores como proceder. Mas demitir o técnico não basta. É preciso um exercício coletivo de expiação da culpa.

No caso brasileiro, isto frequentemente significa argumentar que não houve suficiente preparo para o campeonato, que tudo foi feito de forma improvisada, que faltou seriedade e que, no mundo moderno, as coisas não funcionam assim. Mas, se ao contrário, a seleção brasileira preparou-se com antecedência, as coisas foram feitas de forma organizada e, mesmo assim, o resultado foi a derrota, o argumento funciona às avessas: o futebol brasileiro só vale por sua criatividade, por sua capacidade de improvisar; impor uma forma excessivamente disciplinada significa militarizar o futebol e matar a genialidade dos jogadores.

Esta discussão, no fundo, é uma narrativa sobre a identidade nacional: o país deve se organizar e procurar ser “sério”, ou, ao contrário, é preciso manter o bom humor e a descontração que caracterizariam o Brasil? Em termos de cultura popular, isto significa uma opção entre o Caxias e o Zé Carioca. O primeiro é um modelo de seriedade, numa referência ao patrono do exército brasileiro e único duque que o Brasil teve. Já, o segundo é o mais brasileiro dos personagens criados pelos estúdios de Walt Disney no começo da década de 1940, sendo retratado como o típico malandro, sempre escapando dos problemas por meio de um “jeitinho”.

Isto nos remete à questão de que, frequentemente, se enxergam estilos nacionais e regionais de jogar futebol. A “alma” de um país ou de uma região se traduziria no modo como o futebol é jogado. Assim,

alguns seriam mais violentos, outros mais lineares, outros mais criativos etc. Embora se possa associar um estilo de jogo a determinadas equipes, é óbvio que o que se procura com esse exercício é ver o futebol novamente como uma linguagem, na qual os movimentos concatenados dos corpos traduziriam o caráter nacional ou regional. Assim, por exemplo, Gilberto Freyre, um dos sociólogos que procurou discutir o que o Brasil tem de diferente de outras nações, diz o seguinte sobre o futebol deste país: “O nosso estilo de jogar futebol me parece contrastar com o dos europeus por um conjunto de qualidades, de surpresa, de manha, de astúcia, de ligeireza e, ao mesmo tempo, de brilho e de espontaneidade (...)” (Freyre 1945: 421).

Nessa perspectiva, o futebol brasileiro, nos seus momentos de glória, sempre se baseou na criatividade, no improviso e no “jeitinho”. Seriam essas características que distinguiriam a equipe brasileira das demais equipes nacionais, as quais privilegiam, frequentemente, o rigor tático e a disciplina. O “jeitinho” seria uma expressão cultural que reflete a flexibilidade, a capacidade de adaptação, mas também a tomada de riscos, às vezes, em detrimento do método tradicional.

As derrotas, em contraposição, tornam-se um terreno fértil para os intensos debates sobre a identidade nacional e os modos pelos quais o país se percebe, com os sucessos e os fracassos no campo. A derrota de uma equipe brasileira é, frequentemente, vivenciada como uma afronta não somente ao orgulho esportivo, mas, também, à imagem que o país faz de si mesmo e o lugar que ele ocupa no mundo. Trata-se de um momento em que as tensões entre a modernidade

e a tradição, a ordem e o caos, vêm à tona. A equipe de futebol torna-se assim o espelho de uma sociedade em perpétua negociação a respeito de seu passado e de seu futuro.

É comum autores rotularem o futebol como uma ideologia (Vinnai 1978). Neste enfoque, o futebol e as práticas associadas a ele não passariam de uma forma de manipular as massas e transformar o esporte no “ópio do povo”, impedindo-as de adquirir consciência sobre as questões sociais e políticas. Esta perspectiva do tipo “pão e circo” empobrece o entendimento do futebol enquanto fenômeno cultural. Ela tende a não ver o que este esporte tem de específico e como ele mobiliza as massas. Ela ignora, igualmente, que nenhum regime político consegue se manter somente às custas do futebol. Na verdade, os processos de construção de identidades futebolísticas, ou de outro tipo qualquer, envolvem a atribuição de significados às ações humanas, a descoberta de diferenças, a apropriação e reelaboração de manifestações culturais, a ressignificação etc. O futebol é uma prática que mobiliza os sentimentos de milhões de pessoas que, ao vibrarem com ele, estão não somente mobilizando energia física, mas afetos e paixões que dizem respeito a grupos que vão do local ao nacional.

Elias e Dunning (1992) recolocaram a questão da diferença entre os esportes individuais e os coletivos, especialmente quando fizeram um inventário acerca do futebol. Eles demonstraram como o futebol sempre envolveu a coletividade, desde os tempos mais remotos. Mesmo que não se possa precisar, ao certo, como era praticado no período pré-moderno, as referências ao futebol são em geral seguidas de termos que remetem às multidões, às cidades, ao público e ao

coletivo. A limitação do número de atletas, bem como do tempo e do espaço nos moldes que atualmente conhecemos foram instituídas lentamente e formalizadas pelas regras tardiamente. Ainda assim, o futebol mantém uma tradição herdada dos tempos medievais e renascentistas, um residual que sacraliza o coletivo, capaz de subsistir, inclusive, ao espectro individualista e privatista da moderna cultura ocidental.

Como a configuração dos grupos esportivos segue um padrão instituído pelo jogo, e sendo o futebol um esporte onde prevalece o coletivo, os torcedores se pensam como pertencentes a uma totalidade que os transcende. Isto pode ser observado no comportamento das torcidas organizadas e, particularmente, nas suas relações de alianças e hostilidades frente a outros grupos. Não são propriamente tribos urbanas, mas se pensam, organizam e atuam em bandos, razão pela qual são em geral temidos pelos outros torcedores, inclusive os da mesma predileção. Contrariar um membro de torcida organizada significa contrariar o interesse da torcida como um todo e, portanto, estar sujeito às represálias de todos os seus membros.

Sendo o coletivo uma entidade abstrata, necessita ser representado por meio de símbolos, como flâmulas, faixas, bandeiras e camisetas, entre outros. Um exemplo claro da dimensão sagrada que estes objetos possuem pode ser encontrado nos “roubos” de faixas e bandeiras entre as torcidas organizadas. A posse desses objetos usurpados dos rivais é sinônimo de *status* para o grupo que os porta, e, por isso mesmo, eles são exibidos publicamente, nos estádios, como demonstração de poder e intimidação.

Por tudo isso, o pertencimento clubístico é interessante não apenas para pensar a dinâmica do futebol, mas também uma série conflitos sociais. De maneira geral, o futebol não cria fatos novos, apenas permite que sejam veiculados com ele questões mais gerais, inicialmente forjadas em outras esferas da vida social. A experiência do êxito e do fracasso pode ser vivenciada também no vôlei, no basquete, no jogo de cartas, enfim, ganhar e perder “faz parte do jogo”. Contudo, apenas o futebol está fortemente vinculado às categorias mais amplas da sociedade latino-americana, variando, obviamente, de um contexto a outro.

Hoje em dia, com a globalização, é “natural” que um jogador queira trocar de time ao receber uma proposta que lhe seja mais vantajosa e que esta troca se dê num nível mundial, envolvendo diferentes países. Entretanto, quando ocorre a Copa do Mundo, estes jogadores devem jogar pelos seus países de nacionalidade. Neste caso, a lei do mercado cede lugar novamente à lei do pertencimento à nação.

Temos aqui duas lógicas. A primeira tem a ver com o fato de que a economia, cada vez mais, cruza as fronteiras nacionais. Com a criação das empresas multinacionais, ficou mais difícil manter as fronteiras nacionais em termos de transações econômicas e financeiras. É natural, portanto, que também os grandes jogadores circulem não apenas dentro de seu país, mas, se forem extraordinários, de um país para outro.

A segunda lógica é a do estado-nação: torço (e se sou jogador, jogo) pelo meu país em época de copa de mundo e outras disputas internacionais, e isto acirra meus ânimos contra os países adver-

sários. Neste sentido, seria impatriótico um brasileiro torcer (ou jogar), por exemplo, para a Argentina numa disputa entre este país e o Brasil. Entretanto, ultimamente, em algumas Copas do Mundo houve futebolistas brasileiros jogando por outros países, o que é possível pelo fato de eles terem dupla cidadania, e é provável que no futuro haja mais casos semelhantes. A subversão da segunda lógica tem a ver com o fato de o Brasil e outros países serem, gradativamente, atingidos por uma lógica de mundialização, sendo natural que tenham jogadores “globalizados”. Neste sentido, é revelador que, em 1994, o Congresso Brasileiro tenha aprovado uma emenda à sua Constituição, permitindo que, em certos casos, brasileiros possam ter dupla cidadania, o que antes não era legal. Esta mudança acompanha a tendência de uma imigração crescente de brasileiros para a Europa, Estados Unidos e Japão. É provável que, no futuro próximo, a monetarização do futebol se acentue mais ainda, gerando conflitos entre clubes e empresas, jogadores e clubes e torcedores e seus times.

A violência no futebol é um tema recorrente, principalmente no que diz respeito às torcidas organizadas. Muito tem-se falado sobre formas de coibi-la ou reduzi-la, o que é compreensível. Esforços têm sido desenvolvidos nesse sentido, e é bom que assim seja. Afinal, há vários incidentes de pessoas feridas ou inclusive mortas em função de agressões físicas, e é preciso impedir que isso aconteça.

Entretanto, há que se reconhecer que os jogos de futebol têm a violência como um ingrediente inerente à sua prática. Assim, como nos rituais de iniciação, a humilhação faz parte do processo de transformar os novatos em veteranos, nos jogos de futebol, as equipes

começam em igualdade de condições, mas precisam terminar sendo vencedoras ou vencidas. Esse resultado disruptivo propicia um antagonismo que, facilmente, descamba para a violência física, principalmente por ser o público, geralmente, formado por homens jovens cheios de adrenalina.

Se, nos estádios e arenas de futebol, há um juiz que tem formas de disciplinar os jogadores, com a possibilidade inclusive de expulsá-los do jogo, isto se torna mais difícil no que diz respeito às torcidas. Ao passo que o jogo em campo foi, historicamente, disciplinado com uma série de regras que compõem o *fair-play*, enquanto prática que enfatiza a ética e o respeito pelos outros, impedindo que os praticantes prejudiquem os adversários de forma proposital, isso não se aplica às torcidas que tendem a uma violência estrutural que, muitas vezes, tem consequências trágicas.

A violência que pode acompanhar os confrontos futebolísticos não se limita à intensidade das partidas, mas se estende, às vezes, além dos estádios. As rivalidades locais ou internacionais podem se transformar em enfrentamentos físicos entre torcedores, quando o fracasso no campo repercute como uma derrota de maior envergadura, um fracasso de uma nação inteira em manter sua posição de liderança na esfera esportiva. O futebol, nesse contexto, transforma-se em mais que um jogo: ele encarna jogos identitários, políticos e culturais, que ultrapassam, em muito, a competição esportiva.

Historicamente, os estereótipos raciais desempenham um papel importante no que diz respeito às diferenças entre os grupos, e eles estão presentes no futebol, quando os jogadores são insultados e,

frequentemente, comparados a animais durante os jogos. Medidas antirracistas e penalizações aos torcedores que praticam tais atos são iniciativas importantes que podem auxiliar a eliminar ou, pelo menos, reduzir as manifestações racistas. Nesse sentido, os clubes poderiam desempenhar um papel importante ao sensibilizar seus torcedores e educá-los a não se envolverem em manifestações de caráter racial.

Usualmente, os clubes de futebol afirmam que eles não são responsáveis por suas torcidas organizadas, que elas são entidades independentes. Uma outra perspectiva, já adotada por muitos juízes, propõe uma compreensão diferente: as torcidas organizadas não existem sem os clubes e, conseqüentemente, esses últimos são corresponsáveis por seu comportamento. Isto significa a possibilidade de sancionar os clubes cujos torcedores estejam implicados em atos de violência e/ou racismo.

Do ponto de vista filosófico, o futebol coloca questões significativas. Para um marciano que não conhecesse o jogo, este, provavelmente, lhe pareceria ridículo, já que, da ótica do extraterrestre, não faria sentido 22 pessoas correrem atrás de uma esfera inflada de couro, durante 90 minutos, e, que, cada vez, que ela penetrasse numa área demarcada por três traves de madeira ocorreria algo de transcendental importância.

É significativo que dois dos maiores expoentes do existencialismo francês tenham se pronunciado sobre o futebol. Jean-Paul Sartre observou que “Em um jogo de futebol, tudo é complicado pela presença do outro time”. A questão do “outro” é funda-

mental no imaginário desse esporte. É ele que precisa ser enfrentado, é ele que tentará impedir que nosso time consiga fazer um gol e é ele que vai tentar fazer um gol contra o nosso time. A filosofia de Sartre está fortemente marcada pela ideia da contingência. E o futebol, enquanto jogo, caracteriza-se justamente pela contingência. Como na vida, embora haja regras, nunca podemos prever o resultado de um jogo de futebol. Há imprevistos e tampouco temos controle sobre as decisões do juiz, as quais sempre envolvem um grau de subjetividade que pode determinar o resultado de uma partida.

Outro filósofo existencialista, Albert Camus, tinha no futebol uma prática que marcou sua vida. A ele é atribuída uma citação equivocada, mas amplamente difundida de que “tudo que sei sobre a moral e as obrigações do homem eu devo ao futebol”. Seu time de coração sempre foi o Racing Universitaire d’Alger (RUA), uma equipe universitária da Argélia, da qual foi goleiro na sua juventude. Profundamente apaixonado pelo futebol, ele não considerava esse esporte algo primitivo, mas sim sugeria ser uma forma de “alcançar sabedoria sobre a vida de uma maneira imediata, e não de uma grande distância”. Assim, a disputa intensa de um jogo de futebol possibilitava às pessoas verem quem elas realmente eram. A beleza do futebol coadunava-se com sua filosofia, já que, para Camus, a irracionalidade do jogo contrastava com a possibilidade que ele proporcionava a quem o jogasse ou o assistisse, de transcender o absurdo de nossas existências.

Os meios de comunicação têm um papel central no futebol de nossos dias. Na medida que permitem que possamos assistir às parti-

das que ocorrem em lugares onde não estamos presentes fisicamente, eles magnificam o sentimento de pertencimento a um time. Quando os jogos eram transmitidos apenas radiofonicamente, dependíamos da voz do *speaker* para imaginar o que ocorria em campo. Isso era difícil porque jogos de futebol são muito rápidos, com a posição dos jogadores e da bola evoluindo em um ritmo complicado de acompanhar. Com a possibilidade de visualizar o jogo e ao mesmo tempo ouvir a voz de um comentarista, nossos sentimentos são magnificados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. 1989. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática.

DUNDES, Alan. 1980. "Into the Endzone for a Touchdown. In: *Interpreting Folklore*. Bloomington: Indiana University Press.

ELIAS, Norbert e Eric Dunning. 1992. *A Busca da Excitação*. Lisboa: DIFEL.

FREYRE, Gilberto. 1945. *Sociologia*. Rio de Janeiro: José Olympio, volume 2.

VINNAI, Gerhard. 1978. *El Fútbol como Ideologia*. México: Siglo Veintiuno.

WEBER, Max. 1982. "A Nação". In: *Ensaio de Sociologia* (organizado por H. Gerth & Wright Mills). Rio de Janeiro: Zahar